

Aprovado o orçamento UE 2016

O Parlamento Europeu aprovou o **orçamento comunitário para o próximo ano**, que será de 155 mil milhões de euros em autorizações e de 143,9 mil milhões de euros em pagamentos. "*Este é o orçamento do emprego e o orçamento da solidariedade*", disse o relator, **José Manuel Fernandes**

ver pág. 6

Mais atenção às crianças

O Parlamento Europeu recomenda aos Estados-Membros que se empenhem no desenvolvimento de políticas para **combater a pobreza infantil**, utilizem os Fundos Estruturais da UE para **investir nas crianças** e que garantam direitos sociais aos pais.

ver pág. 3

Mais justiça fiscal

O PE defende um **sistema fiscal justo** baseado no **princípio da tributação no Estado-Membro** onde os lucros são gerados, a apresentação pelas multinacionais de informação financeira país por país.

ver pág. 8

em destaque: Terrorismo

Prevenir a radicalização

O Parlamento Europeu aprovou um relatório que avança com várias **medidas para prevenir a radicalização e o recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas**, como o autoproclamado Estado Islâmico, ou Daesh. A necessidade urgente de uma ação coordenada a nível europeu foi posta "*uma vez mais em evidência*" pelos terríveis atentados terroristas que causaram centenas de mortos e feridos em Paris, em 13 de novembro. Os eurodeputados abordam questões como a radicalização na Internet e nas prisões, apelam ao intercâmbio de informações entre os países da UE e entre estes e a Europol e defendem a importância da educação e inclusão social. Os eurodeputados insistem na urgência de uma ação concertada a nível europeu para prevenir a radicalização e o recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas, a fim de conter este fenómeno em crescimento e assim travar os fluxos de saída dos cidadãos europeus para zonas de conflito, desradicalizar os indivíduos presentes no território europeu e impedir que sejam cometidos novos atos terroristas.

A luta contra o terrorismo continua a ser essencialmente da competência dos Estados-Membros, mas "*a cooperação europeia é fundamental para o intercâmbio eficaz e eficiente de informações entre as forças policiais*" num espaço de livre circulação de pessoas. **Carlos Coelho** referiu "este relatório, resultado ainda dos ataques do início deste ano em Paris, ganhou uma maior acuidade com os recentes atos criminosos em Paris. Debruça-se sobre uma das questões mais importantes no combate ao terrorismo, que exige um conjunto abrangente de medidas, tanto ao nível repressivo, como preventivo. A prudência pede que não legislemos em reação aos acontecimentos e, muito menos, que cedamos a derivas securitárias. Ceder nos nossos valores fundamentais seria conceder uma vitória aos terroristas. São sobretudo relevantes medidas preventivas nas prisões e nas escolas ou uma harmonização do quadro penal e particular importância deve ser reconhecida a ação ao nível local, de proximidade, e não apenas no nível europeu e de ação coordenada entre os Estados".

ver pág. 12

Índice

Filme "Mustang" vence prémio de cinema LUX 2015.....	3
Pobreza infantil: Parlamento Europeu quer que Estados-Membros invistam mais nas crianças.....	3
Parlamento Europeu aprova orçamento da UE para 2016.....	6
Parlamento Europeu aprova recomendações para combater planeamento fiscal agressivo, evasão fiscal e elisão fiscal.....	8
Terrorismo: Parlamento Europeu propõe medidas para prevenir radicalização de cidadãos da UE.....	11
Ordem da sessão.....	17

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Filme "Mustang" vence prémio de cinema LUX 2015

O presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, anunciou hoje numa cerimónia realizada no hemiciclo de Estrasburgo que o vencedor do prémio de cinema Lux 2015 é "Mustang" (França, Alemanha, Turquia e Catar), de Deniz Gamze Ergüven. "Mustang" aborda a questão dos casamentos forçados, contando a história de cinco irmãs na Turquia que se querem libertar da opressão e viver a sua vida.

"Estes três filmes levantam questões fundamentais: Como deve o nosso continente de emigração mudar para se tornar num continente de imigração? Qual o papel das mulheres em sociedades às nossas portas? De que modo está a crise económica a afetar a nossa vida em conjunto? Estes filmes europeus merecem o nosso apoio. Orgulho-me de que o Parlamento Europeu esteja a ajudar mais uma vez este ano a divulgá-los o mais amplamente possível", disse Martin Schulz.

"Num momento em que os inimigos da cultura estão a tentar atacar-nos, é essencial destacar o respeito mútuo na nossa diversidade. Neste momento em que precisamos de luz, o prémio Lux é, sem dúvida, um prémio importante", acrescentou o presidente do Parlamento Europeu na cerimónia de entrega do prémio, em Estrasburgo.

Pobreza infantil: Parlamento Europeu quer que Estados-Membros invistam mais nas crianças

O Parlamento Europeu aprovou um relatório da eurodeputada portuguesa Inês Zuber que recomenda aos Estados-Membros que se empenhem no desenvolvimento de políticas para combater a pobreza infantil, utilizem os Fundos Estruturais da UE para investir nas crianças e promovam legislações laborais que garantam direitos sociais aos pais, como um salário mínimo obrigatório adequado.

O documento defende também que os orçamentos nacionais devem conter provisões visíveis e transparentes para despesas destinadas a combater a pobreza infantil. Mais de uma em cada quatro crianças vive em risco de pobreza ou exclusão social na UE.

O relatório de Inês Zuber (CEUE/EVN), aprovado por 569 votos a favor, 77 contra e 49 abstenções, faz uma série de recomendações aos Estados-Membros e à Comissão Europeia para combater "as alarmantes taxas de pobreza infantil na Europa".

"Em 2013, 26,5 milhões de crianças na União Europeia corriam o risco de cair na pobreza e exclusão social. São números dramáticos. As políticas que fizeram empobrecer as famílias da União Europeia são as mesmas que atiraram as crianças para a pobreza, negando-lhes muitos dos direitos que constam da Convenção sobre os Direitos da Criança, nomeadamente os direitos à saúde, educação e proteção social", disse Inês Zuber no debate em plenário.

Os eurodeputados pedem aos países da UE que se *"empenhem concretamente"* no desenvolvimento de políticas para combater a pobreza infantil, centradas em corrigir os principais fatores que afetam este fenómeno, propondo o aumento dos montantes e da abrangência do apoio social especificamente dirigido à infância, mas também aos pais que estão desempregados ou em empregos mal remunerados.

Os Estados-Membros devem promover legislações laborais que garantam direitos sociais, *"incluindo um salário mínimo obrigatório adequado que respeite as práticas nacionais e os acordos coletivos e que proporcione uma maior segurança às famílias e combata os vínculos precários, promovendo o trabalho com direitos sociais adequados"*.

O Parlamento Europeu recomenda também que *"os orçamentos nacionais contenham provisões visíveis, transparentes, participativas e responsabilizáveis relativas a dotações e despesas destinadas a combater a pobreza infantil"* e pede aos Estados-Membros que cumpram o dever de proteção das crianças, *"que passa também pelo aumento da despesa pública para obtenção destes objetivos"*.

Introdução de uma "garantia da infância"

O Parlamento exorta a Comissão e os Estados-Membros, *"face ao enfraquecimento dos serviços públicos, a introduzirem uma garantia da infância para que todas as crianças em situação de pobreza possam ter acesso a cuidados de saúde gratuitos, educação gratuita, assistência à criança gratuita, habitação digna e nutrição adequada enquanto parte do plano europeu integrado para combater a pobreza infantil, incluindo tanto uma garantia da infância como programas de apoio e oportunidades para os pais saírem de situações de exclusão social e integrarem o mercado de trabalho"*.

Utilização dos Fundos Estruturais da UE

Os países da UE devem utilizar ao máximo os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, em particular o Fundo Social Europeu, a fim de implementar os três pilares da recomendação *"Investir nas crianças"*, dizem os eurodeputados.

De acordo com o relatório, *"até à data, a maioria dos Estados-Membros pouco se preocupou em utilizar os Fundos Estruturais da UE para combater as alarmantes taxas de pobreza infantil na Europa, que continuam a crescer, bem como para promover a inclusão social e o bem-estar geral das crianças"*.

O PE exorta ainda a Comissão Europeia a fazer da taxa de abandono escolar precoce e do combate à pobreza infantil uma prioridade.

O relatório refere que, em 2012, a taxa de abandono escolar precoce foi superior a 20% em Portugal, Espanha e Malta, enquanto a taxa média da UE se situou nos 13%. Portugal é também apontado como um dos países em que o risco de pobreza infantil persiste em famílias com alta intensidade laboral, num grupo em que se incluem também a Roménia, Lituânia, Espanha, Grécia, Letónia, Eslováquia, Polónia e o Luxemburgo.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Inês Cristina Zuber, (CEUE/EVN) relatora: *“Senhora Presidente, na União Europeia, atualmente, mais de uma em cada quatro crianças vive em risco de pobreza ou de exclusão social. Em 2013, 26,5 milhões de crianças na União Europeia corriam o risco de cair na pobreza e exclusão social. São números dramáticos. As políticas que fizeram empobrecer as famílias da União Europeia são as mesmas que atiraram as crianças para a pobreza, negando-lhes muitos dos direitos que constam da Convenção sobre os Direitos da Criança, nomeadamente os direitos à saúde, educação e proteção social. Neste relatório explicitamos bem claramente aquilo que os vários estudos apontavam, mas que parece que aqueles que insistiram nas políticas de austeridade, denominadas de consolidação orçamental, ignoraram. Os principais fatores que contribuem para a pobreza infantil são as políticas de redistribuição da riqueza, a eficácia da intervenção governamental através de apoio ao rendimento. É evidente que o aumento do emprego é o instrumento mais eficaz na luta contra a pobreza. É evidente que a degradação das políticas salariais e dos sistemas de proteção social a nível nacional aumentam a pobreza infantil. Mas o emprego por si só não basta. O drama dos dias de hoje reside no facto de que o risco de pobreza infantil persiste em famílias com alta intensidade laboral, como é o caso da Roménia, Lituânia, Portugal, Espanha e outros. Hoje sabe-se que os pais trabalhadores que não têm acesso a creches veem-se muitas vezes forçados a deixar as crianças entregues aos cuidados de outra criança ou a recorrer a redes de cuidados informais pagos e não certificados, o que coloca em causa a segurança e o bem-estar das crianças. Por isso, neste relatório recomendamos aos Estados-Membros legislações laborais que garantam direitos sociais, incluindo um salário mínimo obrigatório adequado que respeite as práticas nacionais e os acordos coletivos e que proporcione uma maior segurança às famílias e combata os vínculos precários, promovendo trabalho com direitos sociais. Por isso, neste relatório instamos a Comissão Europeia a abster-se de recomendar reformulações e cortes na administração pública dos Estados-Membros, de promover a flexibilização das relações de trabalho e a privatização de serviços públicos, as quais têm conduzido, inequivocamente, ao enfraquecimento dos direitos sociais das crianças. Mas neste relatório existe uma perspetiva fundamental: a de que as políticas efetivas de prevenção da pobreza são aquelas que garantem o acesso universal e gratuito aos serviços públicos, e não aquelas que apenas se preocupam em compensar as crianças já em situação de pobreza infantil. São os estudos que concluem que as políticas universais em matéria de apoios oferecem uma melhor proteção contra a pobreza infantil. Assim, neste relatório, defendemos os serviços públicos, gratuitos e universais de elevada qualidade, particularmente no que se refere a assistência a crianças, educação, saúde, habitação e atividades de lazer. Por isso, defendemos subvenções sociais universais dirigidas às crianças, como seu direito próprio e intrínseco. Incentivamos legislações que protejam ou aumentem os direitos de maternidade e paternidade, salvaguardem o regresso ao trabalho das mulheres após a gravidez e a licença de maternidade e apoiem as famílias monoparentais, que são maioritariamente femininas. No nosso relatório não consideramos apenas a pobreza monetária, mas também as privações multidimensionais, e por isso defendemos métodos estatísticos que integrem indicadores multidimensionais. Consideramos também que se deve fazer uma melhor utilização dos fundos estruturais da União Europeia para combater a pobreza infantil. Votaremos contra as partes que foram*

incluídas no relatório que consideram que esta tragédia pode ter resolução através do Semestre Europeu ou das regras da União Económica e Monetária, porque consideramos que aquilo que causa em grande parte o problema deve ser combatido e não pode ser parte da solução. Queremos agradecer, por fim, a todos os que contribuíram para a realização deste relatório, nomeadamente a várias organizações portuguesas e internacionais que lutam diariamente contra a pobreza infantil.”

Carlos Coelho (PPE): *“Todas as crianças devem ter garantido o direito à educação, a serviços de saúde, à habitação, à proteção, à participação nas decisões que os afetem, ao lazer e ao tempo livre, a uma dieta equilibrada e a cuidados no meio familiar, tal como estipulado na Convenção dos Direitos da Criança da ONU. Infelizmente, na UE, a convenção ainda está longe de ser cumprida na sua plenitude. Torna-se, pois, necessário um quadro político abrangente para dar resposta à pobreza infantil e promover o bem-estar infantil com base em três pilares, nomeadamente o acesso a recursos adequados no quadro do Fundo Social Europeu, o acesso a serviços inclusivos e de qualidade e a participação das crianças na sociedade e no processo decisório, reconhecendo as crianças como titulares de direitos. Na utilização dos recursos financeiros dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e na definição das políticas sociais, os Estados-Membros deverão dedicar maior atenção às formas de proteger da pobreza as famílias com crianças com problemas de saúde. As políticas de apoio às crianças devem ser fortemente marcadas pela prevenção, contendo estratégias de longo prazo no combate às desigualdades sociais.”*

Parlamento Europeu aprova orçamento da UE para 2016

O Parlamento Europeu aprovou o orçamento comunitário para o próximo ano, que será de 155 mil milhões de euros em autorizações e de 143,9 mil milhões de euros em pagamentos. "Este é o orçamento do emprego e o orçamento da solidariedade", disse o relator do PE, José Manuel Fernandes. A resolução legislativa sobre o projeto comum de orçamento geral da UE para 2016 foi aprovada por 516 votos a favor, 179 contra e 8 abstenções.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

José Manuel Fernandes (PPE): *“Senhor Presidente, queria saudar a Senhora Comissária, saudar também a Presidência do Conselho, o Ministro Pierre Gramegna, e cumprimentar todas as colegas e todos os colegas. Queria agradecer aos relatores, queria agradecer a Gérard Deprez a excelência do trabalho e também a Jens Geier, que é o relator permanente das agências, e felicitá-lo pelo trabalho e pelos resultados conseguidos, assim como a colega Eider Gardiazabal. Formamos uma equipa, acompanhados por todos os relatores-sombra, que também quero saudar. Quero também saudar todas as conselheiras, todos os conselheiros políticos, todos os grupos políticos, todos aqueles que participaram nesta negociação, o secretariado e obviamente saudar, de uma forma muito especial, a Presidência do Conselho e dizer que fez um trabalho competente. Acho que já não há unanimidade no Conselho em relação ao orçamento há muitos anos e, portanto, quero felicitar a Presidência do Conselho, bem como a Vice-Presidente da Comissão, a Comissária Georgieva. Penso que estamos todos de parabéns: temos um acordo que é positivo, que responde aos anseios, que responde aos desafios, que está de acordo com as prioridades que definimos e as prioridades do Parlamento.*

Levamos até ao limite do possível este acordo. Utilizamos o instrumento de flexibilidade, 1 530 milhões de euros acima das margens, na sua totalidade e esgotamos a margem da rubrica 1-A, da rubrica 1-B, da rubrica 3 e da rubrica 4; enfim, esgotamos as margens para o crescimento, para o emprego, para a coesão social e territorial e também para a solidariedade interna e externa para ajudar a resolver a crise dos refugiados.

Se olharmos para o primeiro projeto orçamento, em relação às dotações de autorização, aumentamos em 2.800 milhões de euros essas dotações de autorização, reduzindo os cortes do Conselho. Também nas dotações de pagamento, se olharmos para o projeto de orçamento antes da carta retificativa n.º 1, são 2.151 milhões de pagamentos em dotações que também conseguimos. Podemos dizer que este é o orçamento do emprego e o orçamento da solidariedade.

Para além deste facto, é de realçar que conseguimos que a iniciativa Emprego Jovem se traduza numa prioridade das instituições e prossiga após uma avaliação que vai ser feita em 2016. Sobre a crise que afeta os agricultores, reforçamos em 500 milhões de euros o montante, também para fazer face a este problema. E, sobre o emprego, não nos esquecemos de reforçar o Horizonte 2020 para a inovação e investigação, o Cosme para as pequenas e médias empresas e o Erasmus + para a juventude. Sobre a migração e sobre refugiados, a vertente externa está bem presente: mobilizamos todos os instrumentos possíveis no sentido de resolver este problema internamente, mas também de atuar na origem, e este pacote, onde incluímos as agências, os instrumentos de cooperação e desenvolvimento, estou certo que trará também mais segurança para a União Europeia e ajudará os refugiados”.

Miguel Viegas (CEUE/EVN) *“Senhora Presidente, num quadro de grande restrição orçamental ao nível das contribuições nacionais para o orçamento da União, importa registar algumas preocupações.*

Em primeiro lugar, chamamos a atenção para o corte de onze milhões de euros, que irá afetar diretamente as rubricas orçamentais dedicadas à proteção, à deteção e ao controlo das pragas vegetais e animais. Este corte, num quadro onde as mudanças climáticas propiciam a emergência de várias crises epidémicas, deixa-nos, no mínimo, apreensivos.

Fala-se de um aumento significativo dos programas dedicados ao emprego jovem, mas temos que perceber que o programa Erasmus+ representa uma porção mínima do orçamento e que, portanto, este aumento de 30% provavelmente não terá grande impacto.

Registamos, igualmente, que o Parlamento Europeu compromete-se a reduzir cerca de 179 postos de trabalho até 2019, 60 já no próximo ano.

Finalmente, uma última palavra sobre o reforço das verbas para a imigração: poderia ser positivo, não fosse o deliberado propósito de promover soluções persecutórias que irão contribuir para aumentar ainda mais o problema, em vez de o resolver com uma verdadeira política de solidariedade e apoio ao desenvolvimento”.

Carlos Coelho (PPE) *“Apoio o Relatório do meu colega José Manuel Fernandes sobre o Orçamento para 2016 e felicito-o pelo excelente trabalho produzido cumprindo todos os prazos e tirando partido de todas as margens orçamentais disponíveis. O Relator foi coerente com a sua política dos 3 "E": Emprego, Empresas e Empreendedorismo.*

Felicito-o pela tenacidade com que obrigou o Conselho a recuar face aos cortes injustificados que havia feito relativamente à proposta da Comissão Europeia e que prejudicavam sobretudo o Horizonte 2020 sob a tutela do Comissário português Carlos Moedas.

Felicito-o pelo combate que fez para pôr cobro ao escândalo dos pagamentos em atraso e lamento que não tenha sido possível encurtar o fosso de 11.000 milhões de euros entre as autorizações e os pagamentos.

Felicito-o pelo aumento significativo das dotações que duplicam para fazer face à crise dos refugiados.

Felicito-o pela Declaração formal comum relativa à Iniciativa para o Emprego dos Jovens e faço votos para que ela se concretize num continuado e alargado apoio aos programas que visam combater esse flagelo, o que revela também uma Europa desigual entre os países onde o fenómeno do desemprego é residual e aqueles onde uma importante percentagem de cidadãos recebe pelo seu futuro”.

Parlamento Europeu aprova recomendações para combater planeamento fiscal agressivo, evasão fiscal e elisão fiscal

As recomendações feitas no relatório da comissão especial do Parlamento Europeu sobre as decisões fiscais antecipadas (*tax rulings*) e outras medidas de natureza ou efeitos similares (TAXE), do qual é correlatora a eurodeputada portuguesa Elisa Ferreira, foram hoje aprovadas em plenário por 508 votos a favor, 108 contra e 85 abstenções.

Um sistema fiscal justo baseado no princípio da tributação no Estado-Membro onde os lucros são gerados, a apresentação pelas multinacionais de informação financeira país por país, a introdução de uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades, a criação de uma definição comum a nível da UE de paraísos fiscais e a proteção de denunciante são algumas das ações propostas pelo Parlamento Europeu.

"Passado um ano sobre o escândalo do Luxleaks, o Parlamento Europeu produz agora o seu primeiro grande relatório sobre a fiscalidade direta na Europa. Este relatório tem de constituir um fator capaz de despoletar a mudança estrutural que se impõe. Trabalhámos todos nós de forma séria e intensa, ouvimos centenas de pessoas, e esperamos que as nossas conclusões permitam a este Parlamento assumir uma frente sólida, forte, face ao Conselho e à Comissão, em defesa dos interesses dos cidadãos, que são também os contribuintes", disse Elisa Ferreira (S&D) no debate em plenário.

A maior parte das grandes empresas multinacionais que operam na Europa pagam taxas efetivas de 5%, por vezes inferiores a este valor, mesmo nos países em que a taxa nominal do imposto ronda os 30% e mais.

Elisa Ferreira salienta que *"esta situação tem consequências muito sérias. A primeira é que a carga fiscal que alimenta as nossas despesas coletivas de saúde, de educação, de apoio ao desemprego, às infraestruturas, incide quase unicamente sobre dois tipos de contribuintes: as pequenas e médias empresas e as pessoas singulares, ou seja, o cidadão comum"*.

"As nossas propostas, note-se, não pretendem uma harmonização fiscal na União, mas sim garantir que os impostos diretos sobre os lucros das empresas são calculados de acordo com métodos comuns, que as empresas multinacionais prestam contas publicamente de informações essenciais em cada um dos países onde operam, que as administrações fiscais, e em particular a Comissão Europeia, terão acesso aos termos dos acordos fiscais antecipados entre as administrações e as grandes empresas, que há ao nível europeu um regime de muito maior transparência sobre o modo como a nível dos Estados-Membros se tratam estes assuntos", afirmou a eurodeputada.

O Parlamento Europeu quer que as empresas multinacionais de todos os setores divulguem nas suas demonstrações financeiras, discriminadas por Estado-Membro e por país terceiro em que tenham estabelecimentos, uma série de informações agregadas, incluindo os lucros ou perdas antes de impostos, os impostos sobre lucros ou perdas, o número de trabalhadores, os ativos detidos, e informações básicas sobre decisões fiscais (apresentação de relatórios por país). Esta informação deve ser colocada à disposição do público, eventualmente sob a forma de um registo central ao nível da UE, acrescenta.

O relatório aborda a questão das empresas «*de fachada*» (*letterbox companies*), instando a Comissão Europeia a apresentar legislação clara sobre a definição de substância económica, de criação de valor e de estabelecimento estável com vista a resolver este problema.

Os parlamentares solicitam também aos Estados-Membros que defendam em todas as instâncias internacionais, como o G20, *"a troca automática de informações entre as administrações fiscais enquanto nova norma mundial"*.

Outras das recomendações feitas pelos eurodeputados é a instituição de um regime europeu de incompatibilidade aplicável aos conselheiros em matéria fiscal e, se necessário, aos bancos, para garantir que sejam evitados conflitos de interesses entre os serviços prestados aos setores público e privado.

O documento menciona ainda as investigações da Comissão Europeia em matéria de auxílios estatais.

Referências à troika e a Portugal

O relatório refere que as instituições da troika (Comissão Europeia, BCE e FMI), *"encarregadas de supervisionar os programas de ajustamento financeiro e orçamental em Estados-Membros como Portugal e a Grécia, não tentaram evitar as amnistias fiscais, as decisões fiscais antecipadas, os benefícios fiscais e os regimes de isenção fiscal, que foram e são injustamente discriminatórios, favorecendo as pessoas singulares e coletivas que fogem ao fisco, provocando uma grande sangria das receitas estatais e aumentando a carga suportada pelas pequenas e médias empresas (PME) e pelos cidadãos já excessivamente tributados"*.

O documento nota que *"as políticas de austeridade e de restrição orçamental aplicadas nos últimos anos reduziram significativamente a capacidade das administrações fiscais de investigar crimes fiscais e práticas fiscais prejudiciais"*.

O Parlamento Europeu afirma que estes cortes foram especialmente nocivos nos países sujeitos a programas de assistência financeira conduzidos pela troika, *"onde o aumento das receitas fiscais foi obtido às custas das PME e dos cidadãos sujeitos a uma tributação excessiva, ao passo que as grandes empresas e os autores de evasão fiscal com poderio económico beneficiaram, em muitos casos, de amnistias fiscais, decisões fiscais antecipadas e outras isenções fiscais e regimes vantajosos, tal como sucedeu em Portugal e na Grécia"*.

"Temos de continuar a trabalhar e obter a informação que não obtivemos até agora"

No final da sua intervenção em plenário, Elisa Ferreira disse: *"Este trabalho não está concluído. Temos de continuar a trabalhar e obter a informação que não obtivemos até agora, mas isso não significa continuar voltado para trás. Temos de, rapidamente, ainda nesta semana, avançar com uma continuação do nosso trabalho, com um mandato claro de obter o que não obtivemos até agora, mas avançar na monitorização da Comissão e do Conselho na implementação daquilo que agora vamos recomendar"*.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Elisa Ferreira (S&D) *"Senhora Presidente, caros Colegas, se vos anunciassem agora que este ano iriam pagar uma taxa de imposto sobre os vossos rendimentos de apenas 5 %, nenhum de vocês acreditaria, apesar de estarmos tão perto do Natal. Pois bem, é essa a realidade da maior parte das grandes empresas multinacionais que operam na Europa e que pagam taxas efetivas de 5 %, por vezes inferiores ainda a esse valor, mesmo nos países em que a taxa nominal do imposto ronda os 30 % e mais.*

Esta situação tem consequências muito sérias. A primeira é que a carga fiscal que alimenta as nossas despesas coletivas de saúde, de educação, de apoio ao desemprego, às infraestruturas, incide quase unicamente sobre dois tipos de contribuintes: as pequenas e médias empresas e as pessoas singulares, ou seja, o cidadão comum.

A segunda consequência é que, num período em que se pedem tantos sacrifícios excepcionais às populações, que incluem abdicar de serviços públicos e benefícios sociais, incluindo alguns que foram contratualizados solenemente com o Estado, como são as pensões, enquanto o agravamento da carga fiscal sobe para níveis impossíveis, esta situação é totalmente injusta. Uma injustiça que se torna insuportável.

Como é que isto se explica? Por estranho que pareça, apesar de as regras do mercado interno e da moeda única terem evoluído até à criação de um espaço de concorrência nivelado em toda a Europa, a União Europeia manteve sempre, em matéria de impostos diretos, o princípio capital de que basta qualquer Estado-Membro se opor para que uma evolução nesta matéria seja imediatamente bloqueada. Esta situação seria talvez tolerada no período da fundação da União Europeia, quando os três grandes países, a França, a Alemanha e a Itália, fechavam os olhos a uma concorrência fiscal mais ou menos aberta por parte dos três pequenos países do Benelux. Mas hoje, com a União Europeia alargada a 28 países, e quando a circulação do capital é mais importante do que a circulação de mercadorias, a distorção da concorrência no mercado interno, associada a este princípio da unanimidade, obriga-nos a uma reavaliação muito séria sobre o nosso funcionamento coletivo.

Passado um ano sobre o escândalo do Lux Leaks, o Parlamento Europeu produz agora o seu primeiro grande relatório sobre a fiscalidade direta na Europa. Este relatório tem de constituir um fator capaz de despoletar a mudança estrutural que se impõe. Trabalhamos todos nós de forma séria e intensa, ouvimos centenas de pessoas, e esperamos que as nossas conclusões permitam a este Parlamento assumir uma frente sólida, forte, face ao Conselho e à Comissão, em defesa dos interesses dos cidadãos, que são também os contribuintes.

As nossas propostas, note-se, não pretendem uma harmonização fiscal na União, mas sim garantir que os impostos diretos sobre os lucros das empresas são calculados de acordo com métodos comuns, que as empresas multinacionais prestam contas publicamente de informações essenciais em cada um dos países onde operam, que as administrações fiscais, e em particular a Comissão Europeia, terão acesso aos termos dos acordos fiscais antecipados entre as administrações e as grandes empresas, que há ao nível europeu um regime de muito maior transparência sobre o modo como a nível dos Estados-Membros se tratam estes assuntos, nomeadamente no quadro do código de conduta. É preciso também avançar para uma definição europeia do que são os paraísos fiscais, assumindo uma tolerância zero no que lhes diz respeito, e criar regras claras de proteção dos lançadores de alertas. É preciso ainda gerir os conflitos de interesses de quem faz aconselhamento fiscal às multinacionais e em simultâneo aconselha os Estados e as instituições europeias.

Queria deixar uma última nota, e termino já, Sra. Presidente, e esta nota é de que este trabalho não está concluído. Temos de continuar a trabalhar e obter a informação que não obtivemos até agora, mas isso não significa continuar voltado para trás. Temos de, rapidamente, ainda nesta semana, avançar com uma continuação do nosso trabalho, com um mandato claro de obter o que não obtivemos até agora, mas avançar na monitorização da Comissão e do Conselho na implementação daquilo que agora vamos recomendar”.

Ana Gomes (S&D) “Senhor Presidente, o relatório Ferreira-Theurer resulta da crucial investigação desenvolvida pela Comissão TAXE para levantar o véu da opacidade em que as multinacionais operam na União Europeia e no mundo, pagando cada vez menos impostos, enquanto se sobrecarregam cidadãos e PME, e os governantes capturados alegam não haver dinheiro para o Estado social, nem para investir na economia e na criação de emprego. Os dados de Portugal são acabrunhantes nesta matéria, não apenas para os governos portugueses, mas também para as instituições que integraram a troica. Agora, os nossos governos continuam a perseguir whistle-blowers, que deveriam ser protegidos, e continuam a limitar a transparência dos acordos fiscais e de isenções, benefícios e outras práticas fiscais imorais e injustas para manter o dumping fiscal em que embarcaram.

Este Parlamento não deve aceitar em codecisão um acordo que não obrigue as empresas a publicarem os seus relatórios de contas país por país, como já fazem os bancos, sem prejuízos. A Comissão TAXE tem de continuar a investigar, pela transparência, pelo escrutínio da política fiscal das multinacionais e pelo fim da escandalosa cumplicidade de governantes europeus contra os interesses dos cidadãos e da União”.

João Ferreira (CEUE/EVN) “Pergunta segundo o procedimento “cartão azul” . – Senhora Hübner, a pergunta que lhe queria fazer é se o seu Grupo, o PPE, está na disposição de apoiar a vinda novamente a esta comissão do Sr. Juncker, Presidente da Comissão Europeia, e do Presidente do Eurogrupo, tendo em vista a necessidade de apurar muito melhor e de uma forma muito mais clara qual a sua participação em todos estes processos, nomeadamente no que se refere a esse autêntico escândalo das chamadas Patent Box “.

Marisa Matias (CEUE/EVN) *“Senhora Presidente, eu começo por agradecer aos relatores, aos relatores-sombra e ao Presidente da Comissão TAXE pelo trabalho feito, apesar de o mandato ser tão curto. Mas quero dizer que chegamos aqui apenas ao final de uma primeira fase e que tudo ou quase tudo está ainda por fazer. Os paraísos fiscais, a fraude fiscal, a evasão e a elisão fiscal, os favores às multinacionais retiram todos os anos milhares de milhões de euros às contas públicas, à saúde, à educação, em cada um dos países onde as multinacionais exercem a sua atividade, produzem os seus lucros, mas não pagam os seus impostos. É que de facto para as multinacionais é Natal todos os dias, mas não é Natal todos os dias para os trabalhadores e para as pequenas e médias empresas, que veem os seus impostos aumentar todos os dias, para colmatar esta fraude.*

Em 2011, o investimento direto estrangeiro de Portugal no exterior cresceu 134 % face ao ano anterior, tendo como principal destino a Holanda. A razão foi a transferência de residência fiscal de 19 das 20 empresas registadas na Bolsa de Valores de Lisboa, de Portugal, para um dos paraísos fiscais europeus que lhe concederam um acordo fiscal secreto. Os acordos especiais são infelizmente regra em 23 dos 28 países da União. A Comissão Europeia, que apresentou a transparência como a sua principal bandeira, não pode ficar satisfeita com o que foi feito. Precisamos e queremos a informação toda. Quem não deve não teme, e não é aceitável que entre os 13 países que não tenham prestado informação esteja o Luxemburgo e esteja a Holanda. Há muito trabalho a fazer e ninguém deve estar livre de responsabilidade – termino, Sra. Presidente –, nem mesmo, nem mesmo o Sr. Presidente da Comissão, o Sr. Jean-Claude Juncker. A responsabilidade quando nasce é para todos”.

Miguel Viegas (CEUE/EVN) *“Senhora Presidente, a fraude e a evasão fiscal constitui uma prática generalizada a praticamente todos os Estados europeus e é conhecida de todos os governos da União Europeia há décadas. Estas práticas destinadas a controlar as autoridades fiscais nacionais por forma a drenar lucros para territórios onde não são tributados ou ainda os paraísos fiscais estão profundamente associados ao atual processo de integração europeia, que tem na livre circulação de capitais uma das suas traves mestras e a globalização como sua principal consequência. Não fosse a divulgação de sucessivos escândalos fiscais no momento em que os povos europeus sofrem na pele os efeitos da austeridade, provavelmente ainda estaríamos a conviver com estes crimes em total impunidade. Foi portanto a indignação da opinião pública o verdadeiro motor que propulsionou todo esse plano de boas intenções.*

O relatório hoje em discussão está incompleto. Lutámos nestes meses contra os diversos obstáculos. Continuamos sem acesso a documentos de grande importância para uma correta avaliação e apuramento dos factos. Todos os dias surgem novos elementos que implicam altos responsáveis europeus e que obrigam a um prolongamento do mandato da Comissão TAXE. Por ser um relatório incompleto, abstermo-nos, na convicção de que o trabalho vai continuar, confrontando as instituições europeias com as suas responsabilidades e também com o seu plano de ação anunciado em junho e que pouco ou nada avançou”.

Terrorismo: Parlamento Europeu propõe medidas para prevenir radicalização de cidadãos da UE

O Parlamento Europeu aprovou um relatório que avança com várias medidas para prevenir a radicalização e o recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas, como o autoproclamado Estado Islâmico, ou Daesh.

A necessidade urgente de uma ação coordenada a nível europeu foi posta "uma vez mais em evidência" pelos terríveis atentados terroristas que causaram centenas de mortos e feridos em Paris, em 13 de novembro, sublinha o Parlamento Europeu.

Os eurodeputados abordam questões como a radicalização na Internet e nas prisões, apelam ao intercâmbio de informações entre os países da UE e entre estes e a Europol e defendem a importância da educação e inclusão social.

Mais de 5000 cidadãos europeus aderiram a organizações terroristas e a outras formações militares, nomeadamente às fileiras do autoproclamado Estado Islâmico/Daesh, da Jabhat al-Nusra e de outras formações fora do território da UE, em especial na região do Médio Oriente e do Norte de África.

Apelo a uma ação concertada a nível europeu

Os eurodeputados insistem na urgência de uma ação concertada a nível europeu para prevenir a radicalização e o recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas, a fim de conter este fenómeno em crescimento e assim travar os fluxos de saída dos cidadãos europeus para zonas de conflito, desradicalizar os indivíduos presentes no território europeu e impedir que sejam cometidos novos atos terroristas.

A luta contra o terrorismo continua a ser essencialmente da competência dos Estados-Membros, mas *"a cooperação europeia é fundamental para o intercâmbio eficaz e eficiente de informações entre as forças policiais"* num espaço de livre circulação de pessoas.

Uma estratégia de combate ao terrorismo, à radicalização e ao recrutamento terrorista na UE *"só poderá surtir efeitos se for desenvolvida paralelamente a uma estratégia de integração e inclusão social"*, acrescenta o Parlamento Europeu.

O relatório, aprovado por 548 votos a favor, 110 contra e 36 abstenções, nota que *"as causas da radicalização podem ser socioeconómicas, ideológicas, pessoais ou psicológicas e que, por esse motivo, é necessário compreendê-la em função do percurso de cada um dos indivíduos envolvidos"*.

Os eurodeputados recordam também que *"a utilização abusiva da religião, e não a religião enquanto tal"*, é uma das causas da radicalização. *"O terrorismo não pode nem deve ser associado a nenhuma religião, nacionalidade ou civilização particulares"*, insistem.

O Parlamento Europeu condena *"o recurso a estereótipos, discursos e comportamentos racistas e xenófobos por parte de indivíduos e entidades coletivas que, direta ou indiretamente, estabelecem uma ligação entre os ataques terroristas e os refugiados que fogem dos seus países em busca de um lugar mais seguro, para escapar à guerra e à violência com que são quotidianamente confrontados nos seus países de origem"*.

Medidas propostas

O Parlamento Europeu propõe, entre outras medidas:

- o aumento significativo do intercâmbio de informações entre os Estados-Membros e entre estes e as agências da UE, como a Europol e a Eurojust, no âmbito da luta antiterrorista;
- a criação pelo Conselho de uma "lista negra de jihadistas europeus" e presumíveis terroristas jihadistas;
- a elaboração de uma diretiva da UE sobre registos de identificação de passageiros (PNR) até ao final do ano, recordando, no entanto, que "a diretiva PNR da UE será apenas uma medida de luta contra o terrorismo e que é necessária uma estratégia holística e abrangente no domínio do combate ao terrorismo e à criminalidade organizada, que envolva a política externa, a política social, a política da educação e os órgãos policiais e judiciários";
- a criação em cada Estado-Membro de um sistema de alerta que permita às famílias e a outras pessoas obter apoio ou assinalar rapidamente o desenvolvimento de mudanças súbitas de comportamento que possam indiciar um processo de radicalização terrorista ou a partida de um indivíduo para se juntar a organizações terroristas;
- a adoção de uma estratégia eficaz para a deteção e a eliminação de conteúdos ilegais na Internet com incitação à violência extremista, respeitando os direitos fundamentais e a liberdade de expressão;
- a criação em cada Estado-Membro de uma unidade especial encarregada de assinalar os conteúdos ilegais presentes na Internet e de facilitar a deteção e a eliminação desses conteúdos, devendo essas unidades nacionais cooperar com a Europol; os eurodeputados recordam a necessidade de a Europol e os Estados-Membros disporem de peritos adequadamente formados para responder a estas ameaças específicas;
- a instauração de processos judiciais, incluindo processos penais, contra as empresas de comunicação social e os prestadores de serviços de Internet que se recusem a cumprir um pedido administrativo ou judicial para suprimir o conteúdo ilegal ou que façam propaganda do terrorismo nas suas plataformas na Internet deve ser uma medida a "ponderar" pelos Estados-Membros;
- a utilização do Fundo para a Segurança Interna (FSI) da UE, através do instrumento FSI-Polícia, para apoiar projetos e medidas destinados a prevenir a radicalização;
- a intensificação dos controlos nas fronteiras externas da UE, com base no pleno respeito dos direitos fundamentais; o relatório diz que "só será possível detetar eficazmente as entradas e saídas da UE se os Estados-Membros efetuarem os controlos sistemáticos e obrigatórios previstos nas fronteiras externas";

- a colocação dos chamados combatentes estrangeiros "sob controlo judicial e, sempre que necessário, sob detenção administrativa após o seu regresso ao território europeu, até que seja iniciada a respetiva ação judicial";
- a possibilidade de os Estados-Membros confiscarem os passaportes dos seus cidadãos que tencionam aderir a organizações terroristas, de acordo com as legislações nacionais e a pedido de uma autoridade judicial;
- o reforço dos instrumentos de política externa e do diálogo com os países terceiros com vista a lutar contra o financiamento das organizações terroristas;
- a rápida transposição e aplicação pelos Estados-Membros da legislação europeia contra o branqueamento de capitais; os países da UE devem também revelar transparência nas suas relações com determinados países do Golfo, a fim de reforçar a cooperação com o objetivo de esclarecer o financiamento não só do terrorismo e do radicalismo em África e no Médio Oriente, mas também de determinadas associações na Europa; os eurodeputados incentivam também os Estados-Membros a colaborarem na eliminação do mercado negro de petróleo que proporciona o essencial das receitas das organizações terroristas;
- a adoção de medidas para prevenir o tráfico de armas de fogo;
- a realização pela Comissão Europeia de uma análise exaustiva das causas principais, do processo e das diversas influências e fatores que conduzem à radicalização;
- a prestação de assistência aos familiares das vítimas do terrorismo, bem como às famílias das pessoas que foram radicalizadas;
- a realização de um estudo abrangente sobre a eficácia das medidas a nível nacional e da UE destinadas a prevenir e a combater o terrorismo.

O relatório sublinha que os direitos humanos devem estar no cerne da luta contra o terrorismo e das políticas europeias de prevenção da radicalização, assegurando simultaneamente um equilíbrio entre a segurança dos cidadãos e o respeito dos direitos fundamentais. O documento salienta também que é essencial um controlo democrático efetivo das medidas de segurança.

A comissão parlamentar das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos começou a elaborar este relatório após os ataques terroristas ao jornal Charlie Hebdo, em Paris, no início do ano. A relatora é a eurodeputada do PPE e antiga ministra da Justiça francesa Rachida Dati.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Ana Gomes (S&D) *“Senhora Presidente, Senhor Comissário, este relatório não poderia ser mais pertinente, depois dos hediondos ataques terroristas em Paris, a 13*

de novembro. Resulta de um trabalho coletivo intenso, em cooperação com a autora, Rachida Dati, que saúdo.

São milhares os jovens europeus que partiram para a Síria e o Iraque para combaterem nas fileiras do Daesh, que não é Estado, nem é islâmico. Mas não é, como nos acenam alguns ilusoriamente, com o cerrar de fronteiras ou com uma diretiva PNR que vamos conseguir travar a sua radicalização e o seu recrutamento.

O combate é também político e ideológico, e trava-se aqui mesmo na Europa, dentro das nossas sociedades, porque os atacantes em Paris — em janeiro, como em novembro — eram europeus, franceses e belgas. E, por isso, é fundamental voltarmos a combater desigualdades, discriminações e a exclusão social sentida de forma particularmente aguda pelas comunidades migrantes em bairros que deixamos transformar em guetos de desespero e ressentimento, com 60% de desemprego, como Molenbeek, no coração da Europa, Bruxelas, hoje sitiada pelo medo.

A nossa segurança coletiva impõe acabar com a destrutiva política de austeridade cega, que também explica por que em vez de terem meios humanos e outros meios reforçados, polícias, serviços de informação e magistrados se debatem com incapacidades, e explica que prisões se tenham transformado em centros de radicalização em vez de reabilitação de delinquentes. Precisamos de união na luta contra a ameaça terrorista transnacional. Precisamos de união política, em que os nossos Estados partilhem informações de segurança e cooperação policial e judicial, e façam um planeamento conjunto e uma avaliação de riscos de segurança em comum. Precisamos de política externa, segurança europeia e de uma política de segurança e defesa em comum, como Síria, Iraque e Líbia evidenciam.

Os Estados-Membros da União Europeia têm de se coordenar e atacar o tráfico de armas, o financiamento terrorista e o crime organizado, associados à capacidade de organizações como o Daesh e a Al-Qaeda, e não podem continuar em modo "business as usual" relativamente a governos e Estados onde o Daesh e a Al-Qaeda têm encontrado financiadores e facilitadores. O comércio internacional, incluindo o de armas, e o petróleo não podem valer o nosso silêncio.

A lição a retirar dos ataques em Paris é que os nossos governos se têm de coordenar para travar a ameaça terrorista e entender que isso passa por uma estratégia coerente e europeia. E que não será à custa de direitos e liberdades fundamentais que venceremos o terrorismo. Sem direitos nunca teremos segurança. Desengane-se quem argumenta em contrário para deixar cair a proteção de dados, a privacidade dos cidadãos e outras garantias fundamentais, ou quem tenta estigmatizar muçulmanos e até refugiados, que sofrem às mãos dos terroristas e, por isso, procuram fugir para aqui, onde há direitos liberdades e garantias. E essa é a nossa força moral para não vergar diante dos terroristas e não fazer o jogo deles, que querem destruir liberdades e democracia”.

Carlos Coelho (PPE) *“Este relatório, resultado ainda dos ataques do início deste ano em Paris, ganhou uma maior acuidade com os recentes atos criminosos em Paris. Debruça-se sobre uma das questões mais importantes no combate ao terrorismo, que exige um conjunto abrangente de medidas, tanto ao nível repressivo, como preventivo.*

A prudência pede que não legislemos em reação aos acontecimentos e, muito menos, que cedamos a derivas securitárias. Ceder nos nossos valores fundamentais seria conceder uma vitória aos terroristas.

No que respeita à radicalização, este relatório apresenta um bom diagnóstico e um conjunto de soluções válidas que deverão ser prosseguidas, incluindo, entre outras,

medidas preventivas nas prisões e nas escolas ou uma harmonização do quadro penal. Reveste-se de particular importância a tónica colocada na ação ao nível local, de proximidade, e não apenas no nível europeu e de ação coordenada entre os Estados.

Votei a favor deste relatório a despeito de discordar de alguns pontos que me parecem excessivos”.

Ordem do dia 23 a 26 Novembro de 2015

► Segunda-feira, 23 de Novembro

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

A situação atual da Agenda de Doha para o Desenvolvimento, tendo em vista a 10.^a Conferência Ministerial da OMC - *Declaração da Comissão*

Os direitos humanos nas negociações comerciais entre a UE e o Vietname - *Pergunta oral (O-000116/2015 - B8-1106/2015)*

Adesão do Equador ao acordo comercial entre a UE, por um lado, e a Colômbia e o Peru, por outro - *Declaração da Comissão*

Uma nova estratégia para o bem-estar dos animais relativa ao período de 2016-2020 - *Pergunta oral (O-000141/2015 - B8-1107/2015)*

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

A redução das desigualdades, com especial atenção à pobreza infantil - *Relatório: Inês Cristina Zuber (A8-0310/2015)*

A política de coesão e as comunidades marginalizadas - *Relatório: Terry Reintke (A8-0314/2015)*

O papel da UE no âmbito das Nações Unidas - *Relatório: Paavo Väyrynen (A8-0308/2015)* 2
Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Terça-feira, 24 de Novembro

08:30 - 12:00

O estado da União da Energia - *Declaração da Comissão*

Mediação de seguros - *Relatório suplementar: Werner Langen (A8-0315/2015)*

12:00 - 12:30 (Entrega do Prémio LUX)

12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

A revogação de determinados atos do acervo de Schengen - *Relatório: Claude Moraes (A8-0250/2015)*

A revogação de determinados atos do acervo de Schengen no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal - *Relatório: Claude Moraes (A8-0251/2015)*

A revogação de determinados atos no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal - *Relatório: Claude Moraes (A8-0252/2015)*

Adesão à Comissão Alargada da Convenção para a Conservação do Atum-do-Sul - *Recomendação: Carlos Iturgaiz (A8-0318/2015)*

Mediação de seguros - *Relatório suplementar: Werner Langen (A8-0315/2015)*

A redução das desigualdades, com especial atenção à pobreza infantil - *Relatório: Inês Cristina Zuber (A8-0310/2015)*

A política de coesão e as comunidades marginalizadas - *Relatório: Terry Reintke (A8-0314/2015)*

O papel da UE no âmbito das Nações Unidas - *Relatório: Paavo Väyrynen (A8-0308/2015)*

15:00 - 23:00

Decisões Fiscais Antecipadas e Outras Medidas de Natureza ou Efeito Similares - *Relatório: Elisa Ferreira, Michael Theurer (A8-0317/2015)*

Processo orçamental para o exercício de 2016: texto comum - *Relatório: José Manuel Fernandes, Gérard Deprez (A8-0333/2015)*

A prevenção da radicalização e do recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas - *Relatório: Rachida Dati (A8-0316/2015)*

Discussão conjunta - A indústria de metais comuns na UE 5
O desenvolvimento de uma indústria europeia sustentável de metais comuns - *Relatório: Edouard Martin (A8-0309/2015)*
As medidas anti-dumping e o seu efeito na indústria siderúrgica da UE - *Declaração da Comissão*
Quadro estratégico da UE para a saúde e a segurança no trabalho 2014-2020 - *Relatório: Ole Christensen (A8-0312/2015)*
Medidas preventivas para combater a disparidade das pensões de reforma em função do género na UE - *Declaração da Comissão*

► **Quarta-feira, 25 e Novembro**

08:30 - 11:50 DEBATE PRIORITÁRIO

Os recentes ataques terroristas em Paris - *Declarações do Conselho e da Comissão*

12:00 - 12:30 Sessão solene

Alocução de Sérgio Mattarella, Presidente da República Italiana

12:30 - 14:30 VOTAÇÃO

Projeto de orçamento rectificativo n.º 8/2015: Recursos próprios, Autoridade Europeia para a Proteção de Dados - *Relatório: Eider Gardiazabal Rubial (A8-0337/2015)*
Mobilização do Instrumento de Flexibilidade para medidas orçamentais imediatas para fazer face à crise dos refugiados - *Relatório: José Manuel Fernandes (A8-0336/2015)*
Mobilização do Fundo de Solidariedade da UE para o pagamento de adiantamentos no âmbito do orçamento de 2016 - *Relatório: Lefteris Christoforou (A8-0335/2015)*
Processo orçamental para o exercício de 2016: texto comum - *Relatório: José Manuel Fernandes, Gérard Deprez (A8-0333/2015)*
Objeção nos termos do artigo 106.º do Regimento: concessão de uma autorização para as utilizações de ftalato de bis(2-etil-hexilo) (DEHP)
Decisões Fiscais Antecipadas e Outras Medidas de Natureza ou Efeito Similares - *Relatório: Elisa Ferreira, Michael Theurer (A8-0317/2015)*
A prevenção da radicalização e do recrutamento de cidadãos europeus por organizações terroristas - *Relatório: Rachida Dati (A8-0316/2015)*
Quadro estratégico da UE para a saúde e a segurança no trabalho 2014-2020 - *Relatório: Ole Christensen (A8-0312/2015)*

15:00 - 23:00

Eliminação da violência contra as mulheres na UE - *Pergunta oral (O-000126/2015 - B8-1105/2015)*
Resultados da Cimeira de Valeta, de 11 e 12 de novembro de 2015, e da Cimeira do G20, de 15 e 16 de novembro de 2015 - *Declarações do Conselho e da Comissão*
A situação no Burundi - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
As eleições em Mianmar/Birmânia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
A situação na Geórgia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
A situação na Moldávia - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*
A educação das crianças em situações de emergência e crises prolongadas - *Pergunta oral (O-000147/2015 - B8-1108/2015)*

► **Quinta-feira, 26 de Novembro**

09:00 - 11:50

Apresentação do relatório anual de 2014 do Tribunal de Contas

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

A situação no Afeganistão, em particular os assassinatos na província de Zabul

A situação no Camboja

A liberdade de expressão no Bangladeche

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

A situação atual da Agenda de Doha para o Desenvolvimento, tendo em vista a 10.ª Conferência Ministerial da OMC - *Propostas de resolução*

Adesão do Equador ao acordo comercial entre a UE, por um lado, e a Colômbia e o Peru, por outro - *Propostas de resolução*

Uma nova estratégia para o bem-estar dos animais relativa ao período de 2016-2020 - *Propostas de resolução*

A educação das crianças em situações de emergência e crises prolongadas - *Propostas de resolução*

Rumo à simplificação e à orientação para o desempenho no quadro da política de coesão para 2014-2020 - *Propostas de resolução*